

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 4. ^a EDIÇÃO	9
OBRAS DO AUTOR.....	11
ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS	19
I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E GENERALIDADES DA DÍVIDA PASSIVA DO PODER PÚBLICO	21
1.1 Introdução	21
1.2 A Dívida Ativa da Fazenda Pública	24
1.3 Conceito e Generalidades da Fazenda Pública e da Fazenda Nacional.....	25
1.4 A Dívida Passiva ou Dívida Pública	30
1.5 Espécies de Dívida Passiva da Fazenda Pública	32
1.6 A Dívida Passiva do Estado na Antiguidade	38
1.7 A Dívida Passiva do Estado na Idade Média e no Começo da Idade Moderna	40
1.8 A Evolução da Dívida Passiva do Estado na Idade Moderna.....	49
II. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA PASSIVA DA FAZENDA PÚBLICA NO BRASIL.....	57
2.1 Introdução	57
2.2 A Cobrança Judicial da Dívida Passiva da Fazenda Pública na Vigência das Ordenações Filipinas	58
2.3 A Execução contra a Fazenda Pública nos Códigos de Processo Civil dos Estados Brasileiros	67
2.4 As Requisições de Pagamento Dirigidas à Fazenda Federal nas Constituições de 16 de Julho de 1934 e de 10 de Novembro de 1937	72
2.5 A Execução contra a Fazenda Pública no Código de Processo Civil de 1939	76
2.6 As Requisições de Pagamento Dirigidas à Fazenda Pública nos Regimentos Internos dos Tribunais Durante a Vigência da Constituição Federal de 1937	81



2.7	As Requisições de Pagamento Dirigidas à Fazenda Pública na Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946	83
2.8	As Requisições de Pagamento Dirigidas à Fazenda Pública nos Regimentos Internos dos Tribunais, durante a Vigência da Constituição Federal de 1946	86
2.9	As Requisições de Pagamento Dirigidas à Fazenda Pública na Constituição Federal de 24.01.1967 e após a Emenda 1, de 17.10.1969 ..	88
III.	TEORIA GERAL DA COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA PASSIVA DA FAZENDA PÚBLICA.....	93
3.1	As sentenças condenatórias e sua execução.....	93
3.2	Liquidação das sentenças condenatórias	95
3.3	Execução das sentenças condenatórias.....	98
3.4	As condenações judiciais contra a Fazenda Pública e sua execução..	102
3.5	Da limitação política da execução contra a Fazenda Pública em outros países	110
3.6	As pessoas jurídicas abrangidas pelo procedimento especial previsto nos arts. 730 e 731 do CPC.....	115
3.6.1	Aplicação dos arts. 730 e 731 do CPC às autarquias e fundações públicas	115
3.6.2	Da não aplicação dos arts. 730 e 731 do CPC às entidades públicas constituídas para exploração de atividade econômica	119
3.6.3	Da não aplicação dos arts. 730 e 731 do CPC à empresa pública	120
3.7	Dos títulos executivos sujeitos ao procedimento especial de execução por quantia certa previsto nos arts. 730 e 731 do CPC	122
3.8	A execução por quantia certa contra a Fazenda Pública	134
3.8.1	Da existência ou não de procedimento de execução contra a Fazenda Pública	134
3.8.2	Da citação do devedor para embargar à execução e da faculdade do pagamento imediato da dívida.....	137
3.8.3	Do prazo para a Fazenda Pública opor embargos	142
3.8.4	Dos pressupostos da execução contra a Fazenda Pública	148
3.8.5	Da correção de erros materiais ou inexatidões após sentença de embargos transitada em julgado	151
3.9	Definição de precatório	161
3.10	Da remessa <i>ex officio</i>	166
3.10.1	Do não cabimento de remessa <i>ex officio</i> da sentença dos embargos	166
3.10.2	Do cabimento de remessa <i>ex officio</i> da sentença que julga execução não embargada.....	167

3.11	O pagamento da dívida na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública.....	168
3.11.1	Do pagamento da dívida independente da expedição de precatório (Requisição de Pequeno Valor – RPV).....	168
3.11.1.1	Das demandas judiciais de benefícios previdenciários de pequeno valor.....	168
3.11.1.2	Das condenações judiciais de pequeno valor na Justiça Federal	171
3.11.1.3	Das condenações judiciais de pequeno valor contra as Fazendas Estaduais e Municipais.....	172
3.11.2	Do controle da ordem cronológica dos pagamentos requisitados	174
3.11.3	Do ofício de requisição de pagamento	175
3.11.4	Do procedimento de requisição de pagamento das dívidas federais	176
3.11.5	Das medidas de controle e fiscalização dos pagamentos de precatório na fase de elaboração do orçamento	184
3.11.6	Do procedimento de requisição de pagamento das dívidas estaduais, distrital e municipais	192
3.12	Dos encargos devidos na execução contra a Fazenda Pública	193
3.12.1	A atualização dos valores requisitados por precatório	193
3.12.2	Da aplicação dos juros moratórios.....	209
3.12.3	Do percentual devido a título de juros moratórios	210
3.13	A ordem de solução das dívidas passivas, em virtude de precatório judicial.....	215
3.13.1	Do direito de precedência	215
3.13.2	Ordem cronológica dos créditos de natureza alimentícia	216
3.13.3	Definição de crédito de natureza alimentar	221
3.13.4	Do parcelamento do valor dos precatórios	224
3.13.5	Da cessão do crédito decorrente de precatório e da formação de um mercado de precatórios.....	231
3.13.5.1	Aspectos gerais da cessão de direito.....	231
3.13.5.2	Da formação de um mercado de precatórios	234
3.13.6	Da compensação de crédito tributário com débito judicial da Fazenda Pública decorrente de precatório.....	236
3.13.7	Dos precatórios complementares.....	241
3.14	A preterição no direito de precedência, o não pagamento no vencimento, a omissão no orçamento e o sequestro da quantia requisitada ...	247
3.15	Penalidades e medidas corretivas aplicáveis à autoridade pública e à entidade pública devedora.....	255

3.15.1	Da responsabilidade administrativa, civil e criminal da autoridade administrativa	255
3.15.2	Da responsabilidade da autoridade judiciária	258
3.15.3	Da intervenção na entidade pública devedora	260
3.15.3.1	Autorização constitucional para a intervenção ...	260
3.15.3.2	Definição de intervenção e as hipóteses em que ela é cabível	261
3.15.3.3	Da requisição de intervenção por desobediência à ordem ou decisão judicial	264
3.15.3.4	Da competência para apresentar representação ..	267
3.15.3.5	Da tramitação da representação no STF	268
3.15.3.6	Da tramitação da representação no STJ	271
3.16	A execução provisória contra a Fazenda Pública	272
3.17	A antecipação de tutela nos processos judiciais em que a Fazenda Pública integra o polo passivo	276
IV.	A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	280
4.1	Introdução	280
4.2	Da requisição de pagamento por meio de precatório no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal	284
4.3	Da execução contra a Fazenda Pública no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça	287
V.	A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NA JUSTIÇA FEDERAL ...	293
5.1	Introdução	293
5.2	Da requisição de pagamento por meio de precatório no Regimento Interno do antigo Tribunal Federal de Recursos	295
5.3	Da Requisição de Pequeno Valor – RPV no âmbito da Justiça Federal	297
5.4	Da compensação em precatórios	301
5.5	Das preferências no pagamento	303
5.6	Dos honorários advocatícios	306
5.7	Da cessão de créditos em precatórios	307
5.8	Dos precatórios parcelados	308
5.9	Da Contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público Civil – CPSSPC	310
5.10	Da revisão dos cálculos, retificações e cancelamentos	311
5.11	Da ordem dos pagamentos	312

5.12	Do saque e levantamento dos depósitos	312
5.13	Do regime especial de pagamento de precatórios	313
5.14	Da requisição de pagamento nos Tribunais Regionais Federais.....	314
5.14.1	Da requisição de pagamento no Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2. ^a Região	314
5.14.2	Da requisição de pagamento no Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1. ^a Região	316
5.14.3	Da requisição de pagamento no Tribunal Regional Federal da 3. ^a Região.....	319
VI. A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....		322
6.1	Introdução	322
6.2	Competência da Justiça do Trabalho para julgar as causas de funcionários públicos estatutários na vigência da Constituição de 1946....	325
6.3	Competência da Justiça do Trabalho para julgar as causas de servidores públicos estatutários na vigência da Constituição de 1967-69	326
6.4	Competência da Justiça do Trabalho para julgar as causas de servidores públicos estatutários na vigência da Constituição de 1988	329
6.5	Do procedimento de execução contra a Fazenda Pública na Justiça do Trabalho.....	337
6.6	Da execução contra a Fazenda Pública no Tribunal Superior do Trabalho.....	339
6.6.1	Da competência do Tribunal Superior do Trabalho	339
6.6.2	Da execução contra a Fazenda Pública no Regimento Interno do TST	341
6.6.3	Da uniformização do procedimento dos precatórios na Justiça do Trabalho.....	342
6.7	Do procedimento para expedição de Precatórios e ofício de requisição de pagamento nos Tribunais Regionais do Trabalho.....	349
6.7.1	Do procedimento dos precatórios no TRT da 1. ^a Região	350
6.7.2	Do procedimento dos precatórios nos Regimentos Internos dos TRTs	359
6.7.2.1	Do procedimento do precatório e da requisição de pequeno valor no Regimento Interno do TRT da 10. ^a Região	360
6.7.2.2	Do procedimento do precatório no Regimento Interno do TRT da 4. ^a Região	361
6.7.2.3	Do procedimento do precatório no Regimento Interno do TRT da 6. ^a Região	362

6.7.2.4	Do procedimento do precatório no Regimento Interno do TRT da 7. ^a Região	364
6.7.2.5	Do procedimento do precatório no Regimento Interno do TRT da 11. ^a Região	365
6.7.2.6	Do procedimento do precatório no Regimento Interno do TRT da 13. ^a Região	366
6.7.2.7	Do procedimento do precatório no Regimento Interno do TRT da 16. ^a Região	366

VII.	A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NA JUSTIÇA ESTADUAL	376
7.1	Introdução	376
7.2	As normas dos Tribunais de Justiça locais sobre execução contra Fazenda Pública.....	385
7.2.1	Normas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que disciplinam a execução contra a Fazenda Pública	385
7.2.2	Regimento Interno e normas reguladoras da execução contra a Fazenda Pública no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	390
7.2.3	Normas reguladoras da execução contra a Fazenda Pública no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	403
7.2.3.1	Normas existentes no Regimento Interno do TJMG	403
7.2.3.2	Lei mineira de regulamentação da cessibilidade e da compensabilidade do precatório estadual	406
7.2.3.2.1	Da cessibilidade dos precatórios estaduais	406
7.2.3.2.2	Da compensação dos precatórios estaduais	408
7.2.4	Normas reguladoras da execução contra a Fazenda Pública no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul.....	410
7.2.5	Normas reguladoras da execução contra a Fazenda Pública no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.....	415
VIII.	REFLEXÕES FINAIS.....	417
	BIBLIOGRAFIA	441